

economia

Hugo Motta encaminha PEC do fim da escala 6x1 à CCJ

Proposta ainda precisa ser analisada por uma comissão especial da Câmara

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), anunciou ontem que encaminhou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala 6x1 para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

Em nota, o presidente da Câmara informou que a medida engloba as PECs assinadas pelos deputados Reginaldo Lopes (PT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP). Após a análise da CCJ, é necessário também o exame de uma comissão especial.

Na rede social X, Motta prometeu um “debate amplo” sobre o assunto. “Vamos ouvir todos os setores com equilíbrio e responsabilidade para entregar a melhor lei para os brasileiros”, escreveu. O deputado acrescentou: “O mundo avançou, principalmente na área tecnológica, e o Brasil não pode ficar para trás”.

O deputado federal Túlio Gadelha (Rede-PE) afirmou que prevê a votação da redução da jornada de trabalho para daqui a dois meses na CCJ e no mês seguinte na comissão especial.

“Acredito que a gente vote ela na CCJ ainda nos próximos dois meses e mais um mês, no máximo, para a gente poder aprovar na comissão especial”, disse o parlamentar.

O presidente nacional do PT, Edinho Silva, por sua vez, afirmou que o avanço tecnológico deve levar a uma discussão sobre



Na rede social X, Motta prometeu um ‘debate amplo’ sobre o assunto

a redução da jornada de trabalho, mas defendeu que o debate deve ser feito de forma “ponderada” e não no “afogadilho”. O fim da jornada 6 X 1 é tido como uma das prioridades do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para 2026.

“É um tema que precisa ser debatido com calma, com ponderação. Penso que o Congresso Nacional é o local mais apropriado para que esse tema seja debatido, porque o Congresso reflete o pensamento da sociedade ... Temos que conversar, temos que debater, não precisa, de fato, tomar nenhuma medida de afogadilho”, declarou Edinho em almoço com empresários promovido pelo Lide.

O presidente do PT afirmou, porém, que mudanças tecnológicas como a inteligência artificial (IA) e a robotização fazem parte de um debate mundial.

“Teremos que debater como uma sociedade que vai aumentar

a capacidade produtiva e diminuir a utilização de mão de obra, como essa sociedade vai se organizar”. Edinho defendeu uma análise de profissões que já estão fora do 6x1 e citou o comércio como setor que ainda funciona nessa jornada.

“Há muitas profissões que não trabalham mais na jornada 6x1, e olhar aquelas que ainda trabalham, que é o comércio, principalmente o comércio e áreas de serviço. A partir daí, construir saídas. Acho que o diálogo é o melhor instrumento de construção de consenso”, disse.

O petista voltou a defender a regulamentação da Inteligência Artificial, não só nas eleições. “Temos que regulamentar também no cotidiano do cidadão. Mas o processo eleitoral, se não tiver uma regulamentação dura e efetiva, nós teremos distorções grandes”.

Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços toma posse

/ TRIBUTOS

O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) tomou posse ontem. A cerimônia foi realizada de modo virtual.

O encontro sinaliza o começo das atividades do colegiado, agora com a composição integral de representantes dos estados e dos municípios. Entre as próximas etapas, estão a definição das diretrizes e a elaboração do regulamento infralegal do novo tributo.

Criado pela Lei Complementar (LC) 227/26 no âmbito da reforma tributária, o órgão – dotado de autonomia técnica, administra-

tiva, orçamentária e financeira – deve concentrar os primeiros debates em aspectos estruturantes, considerados fundamentais para permitir a gestão compartilhada do novo tributo entre estados, municípios e o Distrito Federal.

Caberá ao Comitê Gestor a administração, arrecadação, fiscalização, lançamento, cobrança e repartição do IBS, além da regulamentação dos procedimentos operacionais do imposto. A composição do colegiado prevê 54 integrantes, com representação paritária: 27 indicados pelos estados e pelo DF e outros 27 pelos municípios.

Focus: mediana de IPCA 2026 passa de 3,99% para 3,97%, abaixo do teto

/ CONJUNTURA

A mediana do relatório Focus para o IPCA de 2026 caiu de 3,99% para 3,97%. A taxa está 0,53 ponto porcentual abaixo do teto da meta, de 4,50%. Há um mês, era de 4,05%. Considerando apenas as 63 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a medida subiu de 3,90% para 3,96%.

A projeção para o IPCA de 2027 continuou em 3,80%, pela 14ª semana seguida. Considerando apenas as 56 estimativas atualizadas nos últimos cinco dias úteis, a medida subiu de 3,66% para 3,80%. O IPCA encerrou 2025 com alta acumulada de 4,26%, conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado ficou abaixo da última

mediana do Focus, que previa que alta de 4,31%, e da estimativa do Banco Central para o período, de alta de 4,4%.

Conforme trajetória divulgada no comunicado da reunião de janeiro do Comitê de Política Monetária (Copom), o BC prevê que o IPCA irá encerrar 2026 com alta de 3,4% e espera que a inflação em 12 meses chegue a 3,2% no horizonte relevante, atualmente localizado no terceiro trimestre de 2027.

A partir de 2025, a meta de inflação passou a ser contínua, com base no IPCA acumulado em 12 meses. O centro é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto porcentual para mais ou para menos. Se a inflação ficar fora desse intervalo por seis meses consecutivos, considera-se que o BC perdeu o alvo.

Projeções

IPCA



Selic



Câmbio



PIB



FONTE: FOCUS – BANCO CENTRAL

Galípolo diz que liquidação do Master teve critérios técnicos

/ CASO MASTER

O presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou ontem que a autoridade monetária conduziu um trabalho de diligência “bem fundamentado” até decidir pela liquidação extrajudicial do Banco Master, em novembro do ano passado.

Em painel durante evento organizado pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), Galípolo disse que, quando teve a liquidação decretada, o banco tinha apenas R\$ 4 milhões em caixa, com mais de R\$ 120 milhões para pagar em

CDBs que já não estavam cobertos pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

A partir de abril do ano passado, o BC trabalhou de forma coordenada com o FGC para impor uma série de restrições. Naquele momento, o FGC começou a pagar integralmente CDBs que estavam vencendo sem custo adicional.

“A captação líquida do Master coberta pelo FGC cai R\$ 9,2 bilhões em 2025. A captação não coberta cai 2 bilhões. E o aporte do acionista em dinheiro ou em conversões de letras financeiras ultrapassa R\$ 2 bilhões”, disse Galípolo. “Então,

graças a esse trabalho coordenado junto com o FGC, foi possível constituir um processo bem preparado de rejeição da compra pelo BRB Banco de Brasília e também do voto de liquidação do Master”, destacou. Para Galípolo, o caso Master ilustra as dificuldades na regulamentação, ainda que o Brasil não enfrente um risco sistêmico. O Banco Central passou por um aumento significativo no número de instituições sob supervisão, em meio a uma redução de pessoal, destacou. O banqueiro central defendeu ainda a discussão sobre autonomia orçamentária do BC.